



Sofia Catarina Almeida Faria

**O Impacto dos *Media* nas Atitudes da Comunidade
face aos/às Ofensores/as Sexuais**

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Olga Cunha

fevereiro 2022



Sofia Catarina Almeida Faria

**O Impacto dos *Media* nas Atitudes da Comunidade
face aos/às Ofensores/as Sexuais**

Dissertação apresentada na Universidade Lusófona do Porto

Para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia da Justiça: Vítimas de Crime

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto

No dia 03/02/2023, perante o júri seguinte:

Presidente: Professora Doutora Ana Rita Conde Dias

Arguente: Professora Doutora Andreia de Castro Rodrigues

Orientadora: Professora Doutora Olga Cecília Soares da Cunha

fevereiro 2023

É autorizada a reprodução integral desta tese/dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Agradecimentos

À minha orientadora, a Professora Doutora Olga Cunha, pelo apoio e acompanhamento que guiaram a construção deste projeto. Por nos momentos mais difíceis ter acreditado em mim e ter incentivado e enaltecido as minhas capacidades. Pelo seu profissionalismo, ética e disponibilidade constante.

À minha família, por ter acreditado em mim e por me apoiar em todos os desafios.

Ao André, pela compreensão e carinho nos momentos mais difíceis e por nunca duvidar que era possível o culminar destes cinco anos.

Às minhas colegas, Ana, Diana, Marta e Maria, pelo apoio e partilha de conhecimentos.

Resumo

O presente estudo teve como objetivo compreender se as representações dos *media* acerca dos/das ofensores/as sexuais, nomeadamente a descrição feita em notícias, influenciam as atitudes da comunidade em relação a este grupo específico de ofensores/as. Além disso, pretendeu-se verificar se variáveis sociodemográficas, tais como o género, a idade, a escolaridade, a religião e o posicionamento político têm influência sobre essas atitudes. Para tal, realizou-se um estudo online junto de uma amostra de 188 indivíduos da comunidade. Para o efeito foi aplicada a Escala de Atitudes em relação aos/às Ofensores/as Sexuais e a Escala de Distanciamento Social e Antecipação do Comportamento. Recorreu-se ainda a três notícias fictícias, duas sobre ofensores/as sexuais - uma factual/informativa e uma sensacionalista - e uma notícia neutra, ou seja, que não se relaciona com o tema alvo de análise. Os resultados revelaram que, independentemente da notícia à qual a pessoa era exposta, as suas atitudes tendiam a ser negativas. Além disso, verificou-se que indivíduos mais velhos e com níveis mais altos de escolaridade apresentavam atitudes mais positivas. Constatou-se ainda, que pessoas do género feminino, que não tinham religião e com um posicionamento político mais liberal, apresentavam atitudes mais positivas. Estes dados refletem a importância de consciencializar a comunidade para uma maior aceitação das pessoas que cometeram crimes sexuais, com o intuito de promover a sua reinserção bem-sucedida na comunidade e diminuir o risco de reincidência.

Palavras-chave: ofensores/as sexuais, comunidade, *media*, atitudes.

Abstract

The present study aimed to understand if media representations of sex offenders, namely the description made in news reports, influence community attitudes towards this specific group of offenders. In addition, it was intended to verify whether sociodemographic variables such as gender, age, education, religion, and political positioning influence these attitudes. To this end, an online study was conducted with a sample of 188 individuals from the community. For this purpose, we applied the Attitudes towards Sex Offenders Scale and the Social Distancing and Anticipation of Behavior Scale. We also used three fictitious news reports, two about sex offenders - one factual/informative and one sensationalist -, and one neutral news report, that is, not related to the theme under analysis. The results revealed that regardless of the news to which the person was exposed, their attitudes towards sex offenders tended to be negative. In addition, it was found that older individuals with higher levels of education had more positive attitudes. It was also found that females, those with no religion, and those with more liberal political views had more positive attitudes. These data reflect the importance of raising the community's awareness to a greater acceptance of people who have committed sexual crimes, in order to promote their successful reintegration in community and decrease the risk of recidivism.

Keywords: sexual offenders, community, *media*, attitudes.

Índice

Agradecimentos	II
Resumo	III
Abstract.....	IV
Índice de Tabelas	VI
Introdução	7
Atitudes.....	7
Atitudes faces aos/às ofensores/as sexuais	7
Os <i>media</i> e o seu papel na construção das atitudes	9
A importância de analisar a religião e o posicionamento político.....	11
<i>Religião</i>	11
<i>Posicionamento Político</i>	13
Estudo atual	14
Objetivos e Hipóteses	15
Método.....	16
Amostra/participantes	16
Instrumentos.....	18
Procedimentos.....	20
Análise de dados	21
Resultados.....	21
<i>Atitudes face aos/às ofensores/as sexuais</i>	21
<i>Atitudes em relação aos/às ofensores/as sexuais em função da notícia a que são expostos</i>	24
<i>Variáveis sociodemográficas e atitudes face aos/às ofensores/as sexuais</i>	25
<i>Predição das atitudes relativamente aos/às ofensores/as sexuais</i>	27
Discussão	28
Limitações	32
Conclusão	33
Referências	34

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Caraterísticas sociodemográficas da amostra

Tabela 2 - Itens menos cotados no ATS-21

Tabela 3 - Itens mais cotados no ATS-21

Tabela 4 - Média, Desvio- Padrão e Máximo e Mínimo para o ATS-21 total e subescalas e DS total

Tabela 5 - Score Total do DS de acordo com a variável Grupo

Tabela 6 - Score Total do ATS-21 e Subescalas de acordo com a variável Grupo

Tabela 7 - Regressões Lineares I e II relativas às atitudes da comunidade face aos/às ofensores/as sexuais

Introdução

Atitudes

Uma atitude traduz uma posição que, face a um determinado objeto social, pessoa, acontecimento ou tema pode ser expressa através de um afeto positivo ou negativo. As atitudes estão inerentes a um processo interativo e influenciam o comportamento individual e coletivo (Ajzen & Fishbein, 2000). Sendo consensual que as atitudes desempenham um papel essencial na nossa conduta comportamental futura (Ajzen & Fishbein, 2000).

Importa acrescentar que as atitudes não são diretamente observáveis, sendo uma variável latente explicativa da relação entre a situação em que as pessoas se encontram e o seu comportamento. Trata-se assim de uma inferência sobre processos psicológicos internos de um indivíduo, feita a partir da observação dos seus comportamentos (Ajzen, 2001). Referir, ainda, que as atitudes não são características estáveis nem idiossincráticas, mas sim produto da interação social, de processos de comparação social, identificação social e ainda de diferenciação social (Ajzen, 2001).

As atitudes podem ser expressas através de três facetas: cognitiva, afetiva e comportamental. A faceta cognitiva diz respeito a pensamentos, ideias, opiniões e crenças. A faceta afetiva é relativa às emoções e aos sentimentos provocados pelo objeto/situação/pessoa das atitudes. Por último, a faceta comportamental refere-se aos comportamentos ou às intenções comportamentais (Ajzen, 2001).

Atitudes faces aos/às ofensores/as sexuais

Revela-se pertinente analisar as atitudes da sociedade face aos/às ofensores/as sexuais uma vez que a sua reinserção bem sucedida e consequente diminuição do risco de reincidência estão correlacionadas com a aceitação destes/as por parte da sociedade (Challinor & Duff, 2019). Apesar desta premissa ser unânime no meio científico, a sociedade tem ainda dificuldade em percecionar-se como parte integrante do processo de ressocialização dos/as ofensores/as, atribuindo a esta tipologia de ofensores/as atitudes tendencialmente negativas e punitivas, especialmente aos/às ofensores/as sexuais de crianças (DiBennardo, 2018; Olver & Barlow, 2010). Para a formação de tais atitudes contam de forma substancial as informações acerca do/a ofensor/a e da vítima, em especial informações sociodemográficas, como a idade e o género (Harper et al., 2017). Em

consideração estão igualmente as informações acerca do crime, como por exemplo, o local e a gravidade da infração (Gakhal & Brown, 2011; Harper et al., 2017).

Alicerçados a estas crenças e atitudes negativas estão os estereótipos associados a esta tipologia de ofensores/as, que não traduzem a realidade e impedem a sociedade de progredir em medidas judiciais que aumentem a segurança, de forma efetiva, quer para as vítimas quer para a comunidade (Harper et al., 2017). Dos principais estereótipos destacam-se o caráter estável e inerente que a sociedade atribuí ao/a ofensor/a sexual, isto é, uma vez que a pessoa pratica o crime irá sempre praticá-lo, não havendo possibilidade de mudança (Harper et al. 2017; Palumbo et al., 2018). Com esta perspetiva a sociedade justifica assim a necessidade de implementar penas mais rígidas e de maior controlo, em especial aquando da libertação dos/as reclusos/as (Palumbo et al., 2018).

Tais atitudes podem gerar nos/as ofensores/as sentimentos de desesperança e rejeição promovendo a continuidade de rótulos sociais que podem colocar em causa a capacidade do indivíduo resistir à recaída (Challinor & Duff, 2019). Sarah Brown (1999) e Harper et al. (2017) apoiam a ideia de que as pessoas da comunidade geram assim um padrão de negatividade e hostilidade, que dificulta a conquista de elementos básicos para a vida em sociedade, como por exemplo, arranjar emprego e alugar/comprar uma casa, chegando por vezes a mover recursos para a sua expulsão da comunidade (Kitzinger, 2008). Tais barreiras dificultam a reintegração destes indivíduos na sociedade, aumentando o risco de reincidência (Kim et al., 2016).

A literatura demonstra que pessoas com níveis mais altos de escolaridade e mais velhas apresentam tendencialmente atitudes menos negativas (Dum et al., 2019; Harper & Hogue, 2015; Höing et al., 2016; Shackley et al., 2014; Willis et al., 2013), apoiando penas de prisão mais leves, ou seja, quanto mais alta a educação formal e idade de uma pessoa, maior a sua abertura para compreender o crime, bem como medidas que tenham como foco o tratamento e não só a punição judicial (King & Roberts, 2015; Shackley et al., 2014; Harris & Socia, 2016; Willis et al., 2013; Zatkin et al., 2021).

No que diz respeito ao género, os estudos vão apresentando diferentes resultados, não havendo muita consistência. Um estudo de Higgins e Ireland (2009) revela que as mulheres têm atitudes menos negativas em relação aos/às ofensores/as sexuais, comparativamente com os homens. Enquanto outros estudos apontam que os homens têm atitudes menos negativas em comparação com as mulheres (Harper & Hogue, 2015; Höing et al., 2016; Olver & Barlow, 2010; Willis et al., 2013). Já outros estudos não revelam

diferenças entre o género masculino e feminino (Challinor & Duff, 2019; Kjelsberg & Loos, 2008; Nelson et al., 2002; Rogers et al., 2011).

A tendência da comunidade em apresentar atitudes negativas face a este tipo de ofensores/as pode ser justificada pelo medo que as pessoas evidenciam de serem vítimas de crimes (Singer et al., 2020), especialmente de crimes sexuais, que impulsionam sensações de repúdio e condenação. Importa ainda mencionar que a grande maioria das pessoas apresenta um elevado desconhecimento acerca dos/as ofensores/as sexuais, bem como do crime em si (Olver & Barlow, 2010), o que dificulta a mudança de atitudes face a este tipo de crime.

Os *media* e o seu papel na construção das atitudes

A literatura vem demonstrando que atitudes negativas face aos/às ofensores/as sexuais se relacionam com o papel dos *media* enquanto fonte de informação privilegiada, especialmente quando se regista um elevado consumo dos *media* e um nível mais baixo de escolaridade (Boda & Szabó, 2011; Brown, 1999). Pelo contrário, há uma maior invalidação da informação divulgada pelos *media* quando esta está em desacordo com as crenças preexistentes dos indivíduos (Boda & Szabó, 2011). Além dos *media* tradicionais como os jornais, rádio e televisão, também os *media* sociais como o Facebook e Twitter parecem ganhar destaque como transmissores de informação, que muitas vezes não tem carácter científico (Happer et al., 2019).

Desde logo, é importante clarificar que o destaque sensacionalista passa não só pelos crimes sexuais como pela criminalidade em geral, levando os/as consumidores/as a acreditar que o crime está constantemente a ocorrer e, portanto, as taxas de criminalidade a registar números alarmantes, o que acentua e intensifica o medo das pessoas bem como a sua falta de confiança perante o sistema de justiça (Cohen, 1972, como citado em Boda & Szabó, 2011; Steven Brown et al., 2008). Além disso, os *media* conseguem ainda atrair a atenção do público e impactar de forma mais significativa as suas atitudes gerais quando enaltecem nas notícias uma forte carga emocional (Harper et al., 2017).

Esta imagem distorcida do crime abrange também os crimes sexuais, transmitindo à população informação sensacionalista ao invés de factual, promovendo a transmissão de uma visão estereotipada do/a agressor/a sexual (Greer, 2003; Harper et al., 2017). Tal escolha é justificada pelo lucro que obtém neste tipo de notícias, mesmo que estejam a suspender questões éticas associadas ao jornalismo (Greer, 2003).

Assim sendo os *media* transmitem a ideia fixa do homem desconhecido como ofensor e da mulher como vítima e ainda que este tende a ocorrer na rua, desviando-se do conhecimento científico (DiBennardo, 2018; Pritchard & Hughes, 1997, como citado em Frei, 2008). A dificuldade dos *media* em assumir a perpetração feminina como existente deve-se muito ao papel de cuidadoras que as mulheres ainda assumem na sociedade atual (Frei, 2008), estando evidente a influência dos papéis de género. Além disso, exibem em demasia crimes sexuais contra crianças com ofensores/as desconhecidos/as reincidentes e violentos/as, dando a ideia de que este tipo de ofensores/as é um grupo homogêneo e que não exige um olhar atento às suas particularidades (DiBennardo, 2018).

Já no que toca aos títulos das notícias, utilizam na maioria das vezes uma linguagem estereotipada e com uma carga emocional negativa, tal como “monstro”, “predador”, “demónio”, “pedófilo”, dando lugar para que os/as leitores/as imaginem os/as criminosos/as como pessoas específicas e distintivas, quando na realidade este/a ofensor/a pode ser uma pessoa familiar, um/a médico/a ou vizinho/a (Ducat et al., 2009; Greer, 2003). Sendo ainda uma dificuldade para os *media* diferenciar uma pessoa diagnosticada com um quadro de pedofilia de uma pessoa que comete um crime sexual e que pode não ter diagnosticada esta parafilia, que não se configura como crime. Isto faz com que muitas das vezes a comunidade entenda que a parafilia está intrinsecamente associada ao crime sexual, dificultando o acesso a informação credível (Singer et al., 2020).

Há ainda uma tendência para apresentar publicações onde existe uma discrepância de idades entre ofensor/a e vítima, por forma a tornar as notícias mais chocantes aos olhos do/a leitor/a, estando ainda evidente a patologização do/a ofensor/a de forma a diminuir a possibilidade de eficácia das terapias de reabilitação (DiBennardo, 2018). Os *media* tendem assim a não priorizar a procura de informação junto de especialistas nem a evidenciarem nos seus artigos a possibilidade de tratamento e a sua eficácia, sendo reduzido o número artigos que recorrem a estas possibilidades (Malinen et al., 2014).

Com uma imagem muito deturpada da realidade, alimentanda pelos *media*, a comunidade tende a defender penas mais pesadas para os homens ofensores comparativamente com mulheres ofensoras, considerando os crimes praticados pelos primeiros como mais graves (King & Roberts, 2015), mesmo quando o crime é semelhante (Zatkin et al., 2021).

No estudo de Malinen et al. (2014), ficou evidente que pessoas expostas a notícias informativas, onde o conteúdo da notícia era credível e baseado na realidade, tendiam a ter

atitudes menos punitivas. Ao contrário, as que foram expostas a notícias sensacionalistas deixavam de fora a possibilidade de tratamento e a sua eficácia (Malinen et al., 2014). Apesar de não ser possível aferir qual o impacto ou em que medida essas notícias interferem na criação ou na manutenção das atitudes em relação aos/às ofensores/as sexuais, especialmente a longo prazo, foi possível verificar que a possibilidade de influência é real (Malinen et al., 2014). Tal influência parece concretizar-se na componente cognitiva das atitudes, visto que a faceta afetiva não registou alterações, tal se justifica pela natureza e gravidade do crime (Malinen et al., 2014).

Parece unânime que os *media* influenciam as atitudes da comunidade (Malinen et al., 2014), todavia, ainda não é possível retratar com que exatidão. Além disso, vários instrumentos são utilizados a nível científico para medir as atitudes, o que dificulta uma uniformização dos dados (Harper et al., 2017).

Os *media* deveriam, assim, assumir o compromisso de publicar informação factual, consultar especialistas na área e transmitir a possibilidade de tratamento, promovendo, desta forma, a mudança de atitudes e o aumento da probabilidade dos/as ofensores/as sexuais serem inseridos/as na sociedade com sucesso (Malinen et al., 2014).

A importância de analisar a religião e o posicionamento político

Religião

Vários estudos têm refletido quanto à importância de envolver a religião e as comunidades religiosas no processo de reabilitação e reinserção social, quer durante o período em que os/as ofensores/as estão presos/as quer quando estão de volta à sociedade (Kewley et al., 2017). Tanto durante o período na prisão, como quando em liberdade, a religião parece influenciar de forma positiva a trajetória de indivíduos condenados por crimes sexuais. Apesar do benefício de ter uma religião ser evidente na perspetiva do/a ofensor/a sexual (Harris et al., 2017; Kewley et al., 2017; Robertson, 2020), o mesmo nem sempre acontece quando falamos na perspetiva da comunidade.

Vários estudos tentaram ao longo dos anos perceber como a religião pode beneficiar antigos/as reclusos/as, todavia, poucos estudos se têm focado em compreender se as pessoas que constituem as comunidades religiosas estão disponíveis para aceitar e acolher pessoas que cometeram crimes sexuais, visto que a religião só poderá atuar como fator de proteção se a aceitação e apoio existir nas comunidades religiosas (Dum et al., 2019).

Com a literatura existente é possível compreender que a aceitação de ex-reclusos/as, julgados/as por crimes sexuais, pode variar conforme o tipo de religião, aliado a variáveis sociodemográficas e ainda a regras que a comunidade religiosa ou líderes religiosos/as possam aplicar para a inclusão de pessoas que cometeram crimes sexuais nas suas comunidades (Dum et al., 2019; Harris et al., 2017; Kewley et al., 2015).

Podemos afirmar que, de uma forma geral, os valores religiosos se prendem com o perdão e a compreensão da outra pessoa. Todavia, esta premissa nem sempre é tida em conta quando os membros de uma comunidade decidem ou não acolher uma pessoa que cometeu crimes sexuais (McCullough et al., 2000).

Um estudo de Dum et al. (2019) demonstrou que, entre as várias religiões no mundo do cristianismo, os católicos surgem como os que menos apoiam a aceitação de pessoas que cometeram crimes sexuais, em comparação com protestantes e outras variações do cristianismo. Independente da religião, vários estudos apontam para a ideia de que quanto maior a crença religiosa da pessoa, maior a sua dificuldade em aceitar indivíduos que cometeram crimes sexuais, apoiando como consequência medidas de maior controlo quando estes estão presentes (Dum et al., 2019; Kewley et al., 2015). A par da força da crença parece ainda surgir a sua participação na comunidade, isto é, quanto mais ativa a pessoa for na sua comunidade menos recetiva é na aceitação de pessoas que cometeram crimes sexuais, dando importância a regras que controlem as ações destas pessoas (Dum et al., 2019).

Já no que diz respeito a variáveis sociodemográficas o estudo de Dum et al. (2019) constatou que, de entre os indivíduos religiosos/as, os/as mais liberais e com maior escolaridade tendem a apoiar medidas menos restritivas para a inclusão destes indivíduos.

Deste modo, parece que são colocadas um conjunto de barreiras quando ex-reclusos/as, julgados/as por crimes sexuais, decidem ser ativos/as a nível religioso. Tal como apoia o estudo de Harris et al. (2017), as próprias pessoas que cometeram crimes sexuais verbalizam sentir essas dificuldades e regras impostas pela comunidade. As regras podem passar por poder deslocar-se ao seu lugar de culto só com aprovação do/a líder religioso/a ou outro/a responsável, ou só quando o/a líder e/ou responsáveis estão presentes ou ainda quando não estão crianças nos lugares de culto ou quando avisa previamente os/as responsáveis (Harris et al., 2017). Todo este controlo a que estão sujeitos pode gerar sentimentos de frustração e até desistência (Kewley et al., 2015), uma vez que, as comunidades religiosas deixam de funcionar como um grupo estratégico para apoiar a

reintegração de pessoas condenadas por crimes sexuais e passam a ser um fator de risco (Yelderman et al., 2018).

Posicionamento Político

Também o posicionamento político pesa na hora de formar uma atitude em relação aos/às ofensores/as sexuais. Nos últimos anos temos assistido a um crescente aumento de movimentos extremistas de direita que apoiam medidas e leis punitivas como solução para o pânico social que os *media* provocam na sociedade. A crescente transmissão de notícias sensacionalistas parece ser o pano de fundo para a permanência destes movimentos que voltam juntamente com os *media* o interesse público para estas questões (Malinen et al., 2014; Rosselli & Jeglic, 2017). Isto fará com que a agenda política sinta a necessidade de priorizar estas questões na agenda legislativa e oriente a sua ação de acordo com os ideais apoiados pela sociedade e por estes movimentos ideológicos (Rosselli & Jeglic, 2017).

Um estudo de Williams et al. (2020) indica que os/as decisores/as políticos/as tendem a ser movidos/as facilmente por argumentos expressivos e motivados pelas emoções, como uma tentativa de dar resposta ao descontrolo gerado pela sociedade quanto ao tema dos crimes sexuais. A literatura evidencia assim que ter ideologias políticas conservadoras prediz significativamente atitudes e comportamentos mais negativos e punitivos em relação aos/às ofensores/as sexuais, mesmo quando a escolaridade é elevada (DeLuca et al., 2018). Sendo a ideologia política conservadora o preditor mais forte em relação às atitudes negativas e a descrença na reabilitação, comparativamente com outros fatores tais como o contacto com o/a ofensor/a, idade, género, educação e etnia (DeLuca et al., 2018).

Uma outra questão associada aos movimentos de ideologia política conservadora é o registo de identificação criminal de condenados/as por crimes sexuais, que na ótica desta ideologia deve ser tornado público para salvaguardar a proteção da comunidade e para prevenir a reincidência do crime (DeLuca et al., 2018). O contrário é apoiado por ideologias políticas mais liberais que não veem nenhum benefício em tornar público o registo, uma vez que só criará mais pânico na sociedade e uma tendência para atitudes mais negativas, que promovem a exclusão social de indivíduos condenados por crimes sexuais (DeLuca et al., 2018; Williams et al., 2020).

Numa tentativa de dar resposta ao desagrado da comunidade face a medidas mais reabilitativas e que promovem a reinserção social, muitas das vezes, o poder político opta

por aumentar as penas de prisão. Apesar de amenizar o medo sentido pela sociedade bem como aumentar o sentimento de justiça, isso não se traduz numa diminuição da reincidência, pelo contrário, pode sim agudizar o risco (Klein et al., 2019; Palumbo et al., 2018).

Estudo atual

Após a informação exposta considera-se assim pertinente conhecer a realidade portuguesa, visto que a produção científica nacional até ao momento, tanto quanto é do nosso conhecimento, não se debruçou sobre o impacto dos *media* nas atitudes de indivíduos da comunidade em relação aos/às ofensores/as sexuais, havendo só registo de amostras específicas que não têm como foco o papel dos *media*. Estes estudos tiveram como alvo amostras constituídas por estudantes universitários/as (Ferreira, 2020), guardas prisionais (Alves, 2021; Gavrilita, 2019) e órgãos de polícia criminal portugueses como a Guarda Nacional Republicana (GNR), Polícia de Segurança Pública (PSP) e Polícia Judiciária (PJ) (Falcão, 2015).

Além disso, a exposição a notícias sem credibilidade potencia representações distorcidas dos factos, impulsionando o crescimento de atitudes mais punitivas e negativas, existindo a sensação junto da comunidade de uma maior exposição a notícias que relatam crimes de índole sexual (Jung et al., 2020).

Tal como o Relatório Anual de Segurança Interna de 2021 demonstra, entre os anos de 2006 e 2021, quer a criminalidade geral participada quer a criminalidade violenta e grave participada têm diminuído, ao contrário do que os *media* propagam junto do público. Sendo que a criminalidade grave e violenta teve uma redução de cerca de 6.9% em comparação com o ano de 2020.

Atitudes mais punitivas e negativas são assim defendidas por movimentos extremistas de direita que suspendem os Direitos Humanos e que não apoiam medidas de reabilitação como a chave para o sucesso de uma reinserção bem sucedida (Rosselli & Jeglic, 2017). A concretização prática de medidas punitivas para pessoas que cometerem crimes sexuais, não beneficiará nenhum dos lados, visto que a literatura tem vindo a demonstrar que sociedades com taxas mais baixas de criminalidade apoiam projetos que visão a reabilitação e não somente a punição (Jung et al., 2020).

O estudo demonstrará ainda a importância que os *media* desempenham neste tema, no sentido em que o seu papel de proximidade com a sociedade pode apoiar a promoção de

atitudes mais positivas, visto que os *media* são das principais fontes de informação da comunidade, sendo o seu potencial de influência cada vez mais estudado, existindo já estudos que comprovam o seu poder de influência junto das pessoas (Malinen et al., 2014; Challinor & Duff, 2019).

Objetivos e Hipóteses

Face ao exposto anteriormente, o presente estudo pretende analisar as atitudes da comunidade em geral face aos/às ofensores/as sexuais. Assim sendo, destacam-se quatro objetivos: (1) compreender as atitudes da comunidade relativamente aos/às ofensores/as sexuais, (2) averiguar se as atitudes em relação aos/às ofensores/as sexuais variam em função da exposição a notícias sensacionalistas ou factuais/informativas sobre ofensores/as sexuais; (3) verificar se existem diferenças entre indivíduos expostos a notícias sobre ofensores sexuais (sensacionalistas ou factuais) e os indivíduos expostos à notícia neutra e (4) analisar se as atitudes em relação aos/às ofensores/as sexuais variam em função de variáveis sociodemográficas (i.e. idade, género, escolaridade, religião e posicionamento político).

Tendo em conta os objetivos, foram formuladas as seguintes hipóteses:

H1: Espera-se que indivíduos expostos a notícias factuais/informativas sobre ofensores/as sexuais evidenciem atitudes mais positivas em relação aos/às ofensores/as sexuais, comparativamente com indivíduos expostos a notícias sensacionalistas sobre ofensores/as sexuais.

H2: Espera-se que indivíduos expostos a outras notícias (i.e., notícia neutra) evidenciem atitudes mais positivas face aos/às ofensores/as sexuais, em contraste com os grupos expostos a notícias sensacionalistas ou factuais/informativas sobre ofensores/as sexuais.

H3: Espera-se que indivíduos do género masculino, mais velhos e com níveis mais elevados de escolaridade apresentem atitudes mais positivas face aos/às ofensores/as sexuais, em comparação com indivíduos mais novos, com menos habilitações e do género feminino.

H4: Espera-se que indivíduos ateus e com um posicionamento político mais liberal demonstrem atitudes mais positivas face aos/às ofensores/as sexuais, em oposição a indivíduos praticantes a nível religioso e conservadores.

Método

Amostra/participantes

A amostra do presente estudo foi constituída por 188 indivíduos da comunidade e com competências mínimas de leitura e escrita para a língua portuguesa, tendo sido o processo de amostragem intencional, para cumprir com os critérios de inclusão e exclusão do estudo. No total da amostra, 156 (83%) participantes eram do género feminino e 32 (17%) do género masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 74 anos ($M=30.59$; $DP=10.42$). De entre estes, 2 (1.1%) tinham o 1º ciclo de escolaridade, 4 (2.1%) o 2º ciclo, 14 (7.4%) o 3º ciclo, 55 (29.3%) o secundário, 13 (6.9%) o ensino profissionalizante, 69 (36.7%) licenciatura, 23 (12.2%) mestrado e 8 (4.3%) doutoramento.

No que toca ao estado civil dos/as participantes, 110 (58.5%) eram solteiros/as, 69 (36.7%) casados/as/união de facto e 9 (4.8%) divorciados/as/separados/as. Ao nível da situação profissional, 68 (36.2%) eram estudantes, 24 (12.8%) trabalhadores/as estudantes, 14 (7.4%) estavam desempregados/as, 1 (0.5%) reformado/a e 80 (42.6%) empregados/as. Quanto à variável filhos/as, 68 (36.2%) dos/as participantes referiram ter filhos e 119 (63.3%) não ter filhos.

Ao nível da nacionalidade, a amostra foi composta na maioria por pessoas portuguesas 182 (96.8%), sendo 4 (2.1%) pessoas de outra nacionalidade.

Em relação à religião, 58 (30.9%) pessoas referiram não ter religião e 130 (69.1%) afirmaram ter religião, sendo que destes 51 (27.1%) assumiram-se como praticantes, 128 (68.1%) como não praticantes e 9 (4.8%) referiram não saber. Quanto ao comprometimento religioso, 45 (23.9%) mencionou ser pouco religioso/a, 91 (48.4%) moderadamente religioso/a, 9 (4.8%) muito religioso/a e 7 (3.7%) não sabe.

No que ao posicionamento político diz respeito, 16 (8.5%) participantes colocaram-se na extrema-esquerda, 90 (47.9%) no centro e 7 (3.7%) na extrema-direita.

Por último, quanto à variável da vitimação, 55 (29.3%) dos/as participantes referiu ter sido vítima de crime e 133 (70.7%) não ter passado por uma experiência de vitimação. De entre estas, 26 (13.8%) relataram terem sido vítimas de crime violento e 160 (85.1%) de crimes não violentos. Ainda nas vítimas, 10 (5.3%) referiram terem sido vítimas de crimes sexuais.

ATTITUDES DA COMUNIDADE FACE AOS/ÀS OFENSORES/AS SEXUAIS

Tabela 1

Caraterísticas sociodemográficas da amostra

		<i>n</i>	%
Género	Masculino	32	17%
	Feminino	156	83%
Habilitações Académicas			
	1º ciclo	2	1.1%
	2º ciclo	4	2.1%
	3º ciclo	14	7.4%
	Secundário	55	29.3%
	Ensino Profissionalizante	13	6.9%
	Licenciatura	69	36.7%
	Mestrado	23	12.2%
	Doutoramento	8	4.3%
Estado Civil			
	Solteiro/a	110	58.5%
	Casado/a União de facto	69	36.7%
	Divorciado/a Separado/a	9	4.8%
Nacionalidade			
	Portuguesa	182	96.8%
	Outra	4	2.1%
Religião			
	Não tem religião	58	30.9%
	Tem religião	130	69.1%
	Praticante	51	27.1%
	Não Praticante	128	68.1%
	Não sei	9	4.8%
	Pouco religioso/a	45	23.9%
	Moderadamente religioso/a	91	48.4%
	Muito religioso/a	9	4.8%

ATITUDES DA COMUNIDADE FACE AOS/ÀS OFENSORES/AS SEXUAIS

	Não sabe	7	3.7%
Posicionamento Político			
	Extrema-esquerda	16	8.5%
	Centro	90	47.9%
	Extrema-direita	7	3.7%
Já foi vítima de crime?			
	Sim	55	29.3%
	Não	133	70.7%
Já foi vítima de crime violento?			
	Sim	26	13.8%
	Não	160	85.1%
Já foi vítima de crime sexual?			
	Sim	10	5.3%
	Não	147	78.2%

Nota. n = 188

Instrumentos

Os instrumentos incluídos no estudo foram o Questionário Sociodemográfico, a Escala de Atitudes em relação aos/às Ofensores/as Sexuais (Hogue & Harper, 2019, versão Portuguesa de Cunha & Rodrigues, 2018), a Escala de Distanciamento Social e Antecipação do Comportamento (adaptada de Malinen et al., 2014) e três notícias fictícias, duas sobre ofensores/as sexuais - uma factual/informativa e uma sensacionalista (adaptadas de Malinen et al., 2014) - e uma notícia neutra, ou seja, que não se relaciona com o tema alvo de análise.

Para recolher informação sociodemográfica foi construído um Questionário Sociodemográfico, que permitiu obter informação quanto à idade, género, escolaridade, profissão, estado civil, nacionalidade, religião, se já foram vítimas de algum crime e o posicionamento político.

Com o intuito de avaliar as atitudes da comunidade face aos/às ofensores/as sexuais foi utilizada a Escala de Atitudes em relação aos/às Ofensores/as Sexuais (ATS-21; Hogue & Harper, 2019, versão Portuguesa de Cunha & Rodrigues, 2018). Este instrumento é

constituído por 21 itens. A escala está organizada numa escala do tipo *Likert* de cinco pontos, variando de 1- “Discordo Fortemente” a 5- “Concordo Fortemente”. A escala encontra-se dividida em três subescalas: a confiança, a intenção e a distância social. A Confiança corresponde à representação dos julgamentos baseados no afeto de cada pessoa relativamente aos/às ofensores/as sexuais. A Intenção averigua os estereótipos, as cognições e as avaliações que cada participante detém relativamente aos/às ofensores/as sexuais. A Distância Social relaciona-se com a opinião de cada um/a relativamente ao comportamento das pessoas que cometem crimes sexuais (Hogue & Harper, 2019). A pontuação total varia entre 0-84 e é obtida através da subtração de uma constante de 21 ao valor total obtido por cada participante. Um total de pontuações mais elevado significa que a pessoa tem atitudes mais positivas em relação aos/às ofensores/as sexuais. Estudos anteriores demonstraram *alphas de Cronbach* de .96 (Higgins & Ireland, 2009), .94 (Kielsberg & Loos, 2008), e .86 (Kleban & Jeglic, 2012) revelando boas características psicométricas. Na presente amostra a escala apresentou um *alfa de Cronbach* de .90, demonstrando uma boa consistência interna.

Para analisar se a exposição prévia a notícias influencia as atitudes da comunidade, foram usadas duas notícias fictícias com dados semelhantes em relação ao/à ofensor/a (adaptadas de Malinen et al., 2014), uma com um enquadramento sensacionalista e a outra com carácter factual e científico. As notícias foram previamente traduzidas e adaptadas ao contexto português. Foi ainda utilizada uma notícia neutra, que não se relacionava como o tema ofensores/as sexuais.

Por fim, para analisar se os/as participantes estavam dispostos a interagir em diversas situações do quotidiano com ofensores/as sexuais foi usada a Escala de Distanciamento Social e Antecipação do Comportamento (DS; adaptada de Malinen et al., 2014). O instrumento é composto por 11 itens, onde o/a participante indica em linha horizontal qual a sua disponibilidade para conviver com ou sem proximidade em diferentes situações do quotidiano com pessoas que cometeram crimes sexuais. Sendo que pontuações mais altas traduzem atitudes mais negativas. Dos 11 itens 3 avaliam a antecipação do comportamento dos/as participantes em situações sociais como, alugar uma casa, oferecer emprego ou apresentar ao grupo de pares um/a ofensor/a sexual libertado/a. O instrumento apresenta boa consistência interna com um *alpha de Cronbach* de .95 (Malinen et al., 2014). Já na presente amostra o instrumento apresentou um *alfa de*

Cronbach .97, demonstrando uma boa consistência interna. Esta escala foi traduzida e adaptada à população portuguesa no âmbito da presente investigação.

Procedimentos

Inicialmente o projeto foi submetido para apreciação à Comissão de Ética e Deontologia para a Investigação Científica (CEDIC) da Faculdade de Psicologia, Educação e Desporto da Universidade Lusófona do Porto. Após aprovação deu-se início à recolha de dados.

Numa fase inicial foi dada prioridade à tradução e adaptação da medida (Escala de Distanciamento Social e Antecipação do Comportamento) e das notícias atrás referidas. Primeiramente procedeu-se à tradução da medida e das notícias, de seguida a tradução bilingue (retroversão) e por fim foi realizado um pré-teste com especialistas na área, para analisar a qualidade da tradução, detetar possíveis problemas e aperfeiçoar as características linguísticas, para uma melhor compreensão por parte de quem lê e preenche as medidas.

O estudo foi realizado online através da plataforma Qualtrics. O estudo foi divulgado em plataformas digitais como Facebook, Instagram, LinkedIn, Email, WhatsApp e ainda usada a técnica de snowball. Esta técnica de amostragem, permitiu uma recolha em cadeia e não probabilística, onde os/as presentes participantes vão partilhando o estudo com futuros/as participantes, aumentando a amostra. Apesar do seu carácter online foram garantidas todas as questões relativas ao anonimato e confidencialidade dos dados. Os objetivos do estudo foram apresentados aos/às participantes, assim como a natureza voluntária e confidencial da participação. Em seguida foi recolhido o consentimento informado, via online.

Na plataforma Qualtrics foram criadas 3 condições (com notícia neutra, com notícia sensacionalista e com notícia factual/informativa), tendo sido estas condições distribuídas de forma aleatória pelos/as participantes. O tempo de preenchimento do protocolo variou entre 20 a 25 minutos, não havendo lugar para recompensas materiais ou monetárias. Todavia tendo em conta o tema alvo de avaliação e que este poderia provocar ativação emocional no/a participante, no final dos questionários foram disponibilizados contactos para possíveis dúvidas ou pedidos de ajuda, de forma a não causar dano psicológico aos/às participantes.

Análise de dados

Os dados foram analisados através do software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS, versão 27). Para a análise de dados, recorreu-se à estatística descritiva para a caracterização das variáveis sociodemográficas e dos resultados dos instrumentos. Posteriormente, recorreu-se a estatística inferencial, nomeadamente ao teste *ANOVA*, ao teste *T-Student* para amostras independentes, a testes de correlações de *Pearson* e a regressões lineares múltiplas para testar as hipóteses previamente definidas.

O teste *ANOVA* permitiu analisar as diferenças nas atitudes dos/as participantes em função do grupo e das habilitações académicas. Os testes *T-Student* para analisar as diferenças nas atitudes dos/as participantes em função do género e da religião. Já os testes de correlação de *Pearson*, com a intenção de analisar as correlações entre as atitudes e variáveis como a idade e o posicionamento político. Por fim, realizaram-se regressões, mais concretamente, regressões lineares múltiplas, para identificar quais as variáveis que prediziam as atitudes face aos/às ofensores/as sexuais.

Resultados

Atitudes face aos/as ofensores/as sexuais

Para melhor conhecer as atitudes da comunidade face aos/às ofensores/as sexuais procedeu-se a uma análise individual dos itens da escala ATS-21 (Escala de Atitudes em relação aos/às Ofensores/as Sexuais). Para perceber os itens em que a comunidade demonstrou atitudes mais negativas face aos/às ofensores/as sexuais tomou-se em consideração os itens cuja média era inferior a 2.5 e superior a 3.5 quando os itens eram invertidos (cf. Tabela 2). Importa referir que os itens menos cotados pertencem às subescalas Confiança e Intenção.

Tabela 2

Itens menos cotados no ATS-21

	<i>N</i>	<i>M (DP)</i>	<i>Min - Máx</i>
“Penso que iria gostar muito de ofensores/as sexuais” (item 5)	188	1.53 (0.82)	1-5
“Não me importaria de ter um/a ex-ofensor/a sexual como vizinho/a” (item 15)	186	2.33(1.02)	1-5
“Se os/as ofensores/as sexuais se comportarem bem na prisão, devem sair em liberdade condicional” (item 21)	187	2.32 (1.02)	1-5
“Há alguns/algumas ofensores/as sexuais a quem eu confiaria a minha vida” (item 13)	187	1.91(.96)	1-5
"Gostaria de me associar a alguns/algumas ofensores/as sexuais" (item 19)	188	1.69 (.80)	1-4
“Tentar a reabilitação de ofensores/as sexuais é um desperdício de tempo e dinheiro” (item 8)	188	3.90 (.94)	1-5
“A maioria dos/as ofensores/as sexuais é demasiado/a preguiçoso/a para ganhar a vida honestamente” (item 14)	187	3.63 (.90)	2-5
“Os/as ofensores/as sexuais só respeitam a força bruta” (item 20)	187	3.51 (.98)	1-5

Nota. Itens Invertidos: 8,14,20.

Para compreender os itens em que a comunidade demonstrou atitudes mais positivas face aos/às ofensores/as sexuais, tomou-se em consideração os itens cuja média era superior a 3.5 e inferior a 2.5 quando os itens eram invertidos (cf. Tabela 3). Importa referir que os itens mais cotados pertencem à subescala Confiança. Salientar ainda que apesar da média do item 3 (“Os/as ofensores/as sexuais têm sentimentos como qualquer

ATTITUDES DA COMUNIDADE FACE AOS/ÀS OFENSORES/AS SEXUAIS

um de nós”) não ser superior a 3.5 encontra-se muito perto com um valor de 3.43, uma diferença de apenas 0.07.

Tabela 3

Itens mais cotados no ATS-21

	<i>N</i>	<i>M (DP)</i>	<i>Min - Máx</i>
“Não é sensato confiar demais num/a ofensor/a sexual” (item 4)	185	2.37(.95)	1-5
“Deves estar constantemente à cautela com os/as ofensores/as sexuais” (item 10)	188	2.18(.86)	1-5

Nota. Itens Invertidos: 4,10.

Na escala de Distanciamento Social e Antecipação do Comportamento (DS), a pontuação média foi de 36.49 ($DP=32.18$). Após a análise item a item foi possível constatar que as pontuações obtidas foram sempre inferiores a 50. Isto leva-nos a concluir que o grau de aceitação de pessoas que cometeram crimes sexuais em situações do quotidiano é reduzido na generalidade das situações expostas. Sendo o item “Aceitaria um ofensor sexual como seu/sua parceiro/a amoroso/a”, aquele que regista um valor mais baixo (36.13).

Tabela 4

Média, Desvio- Padrão e Máximo e Mínimo para o ATS-21 total e subescalas e DS total

	<i>Média (DP)</i>	<i>Min - Máx</i>
ATS-21 total	57.87 (11.61)	35-93
Intenção	41.84 (1.45)	24-42
Distância Social	18.54 (4.36)	8-30
Confiança	29.73 (2.61)	19-35

DS Total	36.49 (32.18)	0-100
----------	---------------	-------

Atitudes em relação aos/às ofensores/as sexuais em função da notícia a que são expostos

No que diz respeito à Escala de Distanciamento Social e Antecipação do Comportamento (DS; cf. Tabela 5) não se observaram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos (i.e., notícia factual, notícia sensacionalista, notícia neutra), $F(2,155) = .827$, $p = .44$, sendo que tendencialmente estes apresentaram atitudes negativas face aos/às ofensores/as sexuais.

Tabela 5

Score Total do DS de acordo com a variável Grupo

	Grupo notícia neutra (n=49)	Grupo notícia sensacionalista (n=54)	Grupo notícia factual (n=55)	$F(2,155)$	p
	<i>Média (DP)</i>	<i>Média (DP)</i>	<i>Média (DP)</i>		
DS Total	38.08 (31.48)	39.56 (34.34)	32.05 (30.68)	.827	.44

Já no que concerne à Escala de Atitudes em Relação aos/às ofensores/as sexuais (ATS-21), conforme consta na tabela 8, mais uma vez não foram observadas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, quer na escala total, $F(2,185)$, $p = .811$, quer nas diferentes subescalas, Confiança, $F(2,185)$, $p = .060$, Intenção, $F(2,185)$, $p = .330$, e Distância Social, $F(2,185)$, $p = .414$. Também nesta escala foi possível perceber que, tendencialmente, as pessoas apresentaram atitudes negativas em relação aos/às ofensores/as sexuais.

Tabela 6

Score Total do ATS-21 e Subescalas de acordo com a variável Grupo

	Grupo notícia neutra (n=61)	Grupo notícia sensacionalista (n=65)	Grupo notícia factual (n=62)	F(2,185)	p
	<i>Média (DP)</i>	<i>Média (DP)</i>	<i>Média (DP)</i>		
ATS Total	59.08 (11.83)	57.36 (11.59)	57.21 (11.51)	.491	.61
Confiança	30.37(2.24)	29.34(2.99)	29.52(2.45)	2.86	.06
Intenção	42.00(.000)	41.63(2.34)	41.90(1.45)	1.11	.33
Distância Social	19.07(4.58)	18.03(4.38)	18.55(4.36)	.885	.41

Variáveis sociodemográficas e atitudes face aos/às ofensores/as sexuais

Relativamente à variável habilitações académicas, foi possível verificar que independentemente do tipo de notícia ao qual as pessoas foram expostas, as suas atitudes tendiam a ser mais positivas quando o nível académico era mais elevado. Verificou-se assim a presença de diferenças estatisticamente significativas ao nível das atitudes em relação aos/às ofensores/as sexuais em função do grau de escolaridade, no total da Escala de Atitudes em relação aos/às Ofensores/as Sexuais, $F(7,180) = .827$, $p < .001$, e na subescala Distância Social, $F(7,180) = .827$, $p < .001$. No que respeita à ATS total, o teste Post Hoc de Gabriel revelou que as pessoas com o primeiro ciclo, terceiro ciclo, ensino secundário e ensino pós-secundário apresentaram atitudes mais negativas do que as pessoas com licenciatura, mestrado e doutoramento.

Já no que respeita à subescala Distância Social, o teste Post Hoc de Gabriel revelou que as pessoas com o terceiro ciclo e primeiro ciclo tinham atitudes mais negativas comparativamente com os indivíduos de mestrado e licenciatura.

Na Escala de Distanciamento Social, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas, $F(7,150) = .827, p = .574$.

Relativamente ao género, as análises demonstraram que apenas existiam diferenças estatisticamente significativas entre indivíduos do género masculino e do género feminino no ATS-21 total, $t(186) = 1.747, p = .041$. Assim, as participantes do género feminino ($M=58.54, DP=11.60$) reportaram atitudes mais positivas face aos/às ofensores/as sexuais do que os participantes do género masculino ($M=54.62, DP= 11.28$).

Em relação à religião, observaram-se diferenças estatisticamente significativas na subescala ATS-21 Intenção, $t(-1.62) = 186, p=.001$. Desta forma, os participantes que referiram não ter qualquer religião ($M=41.59, DP= 2.48$) relataram atitudes mais positivas face aos/às ofensores/as sexuais do que os/as participantes que afirmaram ter uma religião ($M=41.95, DP= .53$). Também os resultados no DS total seguiram o mesmo padrão. Assim, as pessoas que referiram não ter religião ($M= 40.45, DP=30.03$) tenderam a apresentar atitudes mais positivas em relação aos/às ofensores/as sexuais do que as pessoas com religião ($M= 34.71, DP= 33.08$).

Quanto ao posicionamento político, observaram diferenças estatisticamente significativas, apenas para o ATS-21 total ($F(4,150) = 4.49; p = .037$) e para a subescala Distância Social ($F(4,150) = 2.63; p = .002$).

No que toca ao ATS-21 total verificaram diferenças entre as pessoas de extrema-esquerda e extrema-direita ($p = .032$), entre pessoas de centro e extrema-direita ($p = .001$) e ainda entre pessoas de esquerda e extrema-direita ($p = .001$). Os resultados obtidos indicam que pessoas de extrema-esquerda tem atitudes mais positivas face aos/às ofensores/as sexuais ($M = 58.44, DP = 9.19$) em comparação com as de extrema-direita ($M = 43.34, DP = 5.04$). O mesmo se sucede entre as pessoas de centro e extrema- direita, visto que as pessoas de centro revelaram atitudes mais positivas face aos/às ofensores/as sexuais ($M = 59.50, DP = 10.78$) em relativamente as de extrema-direita ($M = 43.34, DP = 5.04$). Por fim, as pessoas de esquerda também tem atitudes mais positivas face aos/às ofensores/as sexuais ($M = 62.40, DP = 14.06$) comparativamente com as de extrema-direita ($M = 43.34, DP = 5.04$).

Na subescala Distância social, as diferenças constatarem-se entre as pessoas de esquerda e extrema-direita ($p = .021$) e pessoas de centro e extrema- direita ($p = .009$). Estes resultados indicam que pessoas de esquerda tem atitudes mais positivas face aos/às ofensores/as sexuais ($M=19.45, DP=4.87$) em comparação com as pessoas de extrema-

direita ($M=14.00$, $DP=2.31$). E ainda que pessoas de centro tem atitudes mais positivas face aos/às ofensores/as sexuais ($M=19.06$, $DP=4.36$) em comparação com as pessoas de extrema-direita ($M=14.00$, $DP=2.31$).

No que concerne à idade, apenas se verificaram correlações negativas estatisticamente significativas entre esta variável e o ATS total, $r = -.29$, $p < .001$, e a subescala Distância Social, $r = -.26$, $p < .001$. Desta forma, indivíduos mais novos tenderam a ter atitudes mais negativas face aos/às ofensores/as sexuais.

Predição das atitudes relativamente aos/às ofensores/as sexuais

Foram conduzidas duas regressões lineares com vista a identificar quais as variáveis (i.e., idade, género, habilitações académicas, posicionamento político, religião) que melhor prediziam as atitudes de indivíduos da comunidade em relação aos/às ofensores/as sexuais.

O primeiro modelo, com o total do ATS-21 como variável dependente, mostrou-se estatisticamente significativo, $F(5, 127) = 7.13$, $p < .001$, explicando 46% da variância (R^2 ajustado = .46). As variáveis que contribuíram de forma significativa para o modelo foram a idade e a escolaridade. Os resultados sugerem que pessoas mais velhas ($\beta = -.189$, $t = -2.31$, $p = .022$, $[-.451; -.035]$) e com altos níveis de escolaridade ($\beta = .317$, $t = 3.90$, $p < .001$, $[1.26; 3.91]$) têm uma probabilidade maior de evidenciar atitudes mais positivas em relação aos/às ofensores/as sexuais.

Já a segunda regressão, com o DS como variável dependente, não se mostrou estatisticamente significativa, $F(3, 125) = 1.24$; $p = .297$, explicando 17% da variância (R^2 ajustado = .17).

Tabela 7

Regressões Lineares I e II relativas às atitudes da comunidade face aos/às ofensores/as sexuais

	β	t	p	IC 95%
Regressão I				
Idade	-.189	- 2.31	.022	[-.451;-.035]
Género	-.063	-.782	0.44	[-7.17;3.11]
Habilitações académicas	.317	3.90	<..001	[1.26;3.91]

ATITUDES DA COMUNIDADE FACE AOS/ÀS OFENSORES/AS SEXUAIS

Posicionamento Político	-.110	-1.28	.203	[-3.68;.791]
Religião	-.114	-1.43	.157	[-7.21;1.18]
Regressão II				
Habilitações académicas	.153	1.67	.098	[-.637;7.46]
Posicionamento Político	.066	.725	.470	[-3.70;7.97]
Religião	-.065	-.729	.467	[-16.5;7.60]

Discussão

O presente estudo teve como principais objetivos compreender as atitudes da comunidade relativamente aos/às ofensores/as sexuais, averiguando, simultaneamente, se as atitudes em relação aos/às ofensores/as sexuais variavam em função da exposição a notícias sensacionalistas ou factuais/informativas sobre ofensores/as sexuais. Por fim, pretendeu-se ainda verificar se existiam diferenças entre indivíduos expostos a notícias sensacionalistas ou factuais/informativas sobre ofensores/as sexuais, e outras notícias (i.e., notícias sobre temas não relacionados com ofensores/as sexuais) e analisar se as atitudes em relação aos/às ofensores/as sexuais variavam em função de variáveis sociodemográficas (i.e. idade, género, escolaridade, religião e posicionamento político).

Os resultados do estudo, tendo em conta as hipóteses estabelecidas, revelaram que as atitudes da comunidade são tendencialmente negativas, independentemente do tipo de notícia a que eram expostos, ao contrário do estudo de Malinen et al. (2014), em que o grupo exposto a notícias informativas e credíveis tinha atitudes mais positivas em relação ao grupo exposto a notícias sensacionalistas. Uma possível explicação prende-se com o eventual conhecimento que as pessoas têm a priori acerca dos/as ofensores/as sexuais e que não é controlável, mas também com o facto de muito possivelmente já terem sido expostos a um número considerável de notícias sensacionalistas por comparação com um número inferior de notícias informativas. Isto pode acontecer uma vez que a tendência dos *media* parece ser apresentar notícias sem rigor científico, promovendo estereótipos e a continuidade do desconhecimento face a este tipo de ofensores/as (DiBennardo, 2018; Malinen et al., 2014). Outra explicação diz respeito às atitudes já construídas acerca dos/as ofensores/as sexuais, que não são passíveis de alteração (ou então são de muito difícil alteração) com a exposição a uma só notícia, sendo evidente que a comunidade apresenta atitudes particularmente negativas em relação a pessoas que cometeram crimes sexuais.

Esta premissa é igualmente evidente nos itens que são menos cotados no ATS-21 total, que dizem respeito às subescalas da confiança e intenção.

No que concerne à idade, os resultados do presente estudo vão ao encontro de estudos anteriores, em que indivíduos mais velhos tendem a ter atitudes mais positivas relativamente aos/às ofensores/as sexuais (Carvalho, 2019; Cunha & Gonçalves, 2017; Dum et al., 2019). Este resultado tem vindo a justificar-se com a socialização, visto que esta parece influenciar a construção e solidificação das perspetivas das pessoas mais novas (Malinen et al., 2014; Sindall et al., 2017), estando, portanto, mais permeáveis à incorporação de estereótipos e preconceitos presentes na sociedade e nos *media* (Cunha & Gonçalves, 2017; Malinen et al., 2014).

Foi também possível verificar a existência de diferenças entre as atitudes de indivíduos da comunidade face aos/às ofensores/as sexuais e o nível de habilitações literárias. Os resultados demonstraram que pessoas com níveis mais altos de escolaridade têm maior probabilidade de assumir atitudes mais positivas face aos/às ofensores/as sexuais, o que vai de encontro a literatura existente (King & Roberts, 2015; Shackley et al., 2014; Harris & Socia, 2016; Willis et al., 2013; Zatkin et al., 2021;). Os estudos demonstraram que ao terem atitudes mais positivas, apoiam consequentemente penas de prisão mais leves aliadas ao tratamento e à reabilitação. Isto sugere que o maior nível de habilitações literárias facilita a compreensão da importância de ir para além da pena judicial, com cariz punitivo, e intervir junto dos/as ofensores/as sexuais, tornando mais efetiva a sua reabilitação e futura reinserção social bem sucedida (King & Roberts, 2015; Shackley et al., 2014; Harris & Socia, 2016; Willis et al., 2013; Zatkin et al., 2021).

Os resultados revelaram ainda diferenças entre os géneros e as atitudes em relação aos/às ofensores/as sexuais, revelando que as mulheres tendiam a ter atitudes mais positivas, comparativamente aos homens, indo ao encontro de um estudo de Fergunson e Irlanda (2006). Todavia estes resultados mostram-se contrários a maioria da literatura que sustenta que as mulheres tendem a ter atitudes mais negativas em relação aos/às ofensores/as sexuais, muito por recearem serem vítimas de ofensas sexuais (Malinen et al., 2014; Moore et al., 2010; Singer et al., 2020). Outros estudos apontam ainda para a ausência de diferenças entre os géneros (Challinor & Duff, 2019; Kjelsberg & Loos, 2008; Nelson et al., 2002; Rogers et al., 2011). Todavia, importa salientar que a presente amostra é constituída na sua maioria por pessoas do género feminino, o que pode não permitir uma análise e comparação fidedigna e robusta. Contudo tal resultado poderá justificar-se pelo

elevado nível de habilitações das pessoas do género feminino, que pode influenciar as atitudes de forma positiva. Ou ainda pela capacidade empática mais elevada que as mulheres possam revelar em comparação com os homens (Ferguson & Irlanda, 2006).

Os resultados revelaram ainda que pessoas sem religião apresentam atitudes mais positivas face aos/às ofensores/as sexuais, tal como a literatura apoia (Dum et al., 2019; Kewley et al., 2015). Todavia, a literatura também evidencia que das pessoas religiosas as que menos aceitam pessoas que cometeram crimes sexuais estão as pessoas da religião católica (Dum et al., 2019), sendo evidente o mesmo resultado no presente estudo, onde a maioria dos/as participantes afirma ser cristão/ã. Tal postura de negatividade para com os/as ofensores/as sexuais parece relacionar-se com a sua visão de condenação do crime, que vai contra valores religiosos como o respeito pelo/a outro/a e contra a vontade de Deus, sendo um pecado imperdoável, por causar dano irreparável a vítima. (Dum et al., 2019).

Por fim, verificaram-se diferenças entre o posicionamento político e as atitudes face aos/às ofensores/as sexuais, apenas no ATS total e na subescala Distância Social. De facto, a literatura sustenta que indivíduos com ideais mais liberais apoiam atitudes mais positivas em relação a pessoas que cometeram crimes sexuais, comparativamente com pessoas mais conservadoras a nível político, que defendem atitudes mais punitivas e uma descrença no tratamento e reabilitação (DeLuca et al., 2018; McGhee, 2008; Williams et al., 2020). Tal como evidencia a literatura uma visão mais liberal, onde a justiça social é priorizada, tal como acontece em posicionamentos de centro-esquerda, é tomado em consideração os direitos da pessoa para além do ato criminal que possa ter cometido, tendo uma visão integradora e interativa do crime (DeLuca et al., 2018).

Todavia na generalidade, os resultados demonstraram a tendência da maioria dos/as participantes se situar no centro do espectro político. Não obstante, não podemos descurar que a desejabilidade social pode ter condicionado as respostas, uma vez que, os tempos atuais têm condenado cada vez mais movimentos extremistas, em especial os de direita, podendo estes fatores ter inibido algumas respostas.

Em suma, foi possível constatar que as hipóteses 1) e 2) não foram corroboradas, a hipóteses 3) de forma parcial e a hipótese 4 a única corroborada. Porém, o presente estudo permitiu verificar que as atitudes da comunidade portuguesa apresentam-se tendencialmente negativas e inflexíveis em relação aos/às ofensores/as sexuais, sendo que tais atitudes pode impactar a reabilitação e consequente reinserção social bem sucedida.

Todavia serão necessários estudos futuros para comprovar essa correlação, visto que o estudo atual não tem em consideração as atitudes da comunidade face ao tratamento e reabilitação de ofensores/as sexuais.

Revela-se, portanto, necessário revestir as notícias com informação científica e credível, visto que os *media* ao cobrirem cada vez mais notícias relacionados com o crime, e especialmente com a violência sexual, destacam o sensacionalismo (Brown et al., 2008; Gakhal & Brown, 2011). Ainda assim, o problema não reside na divulgação das notícias, mas no conteúdo que é exposto nas notícias. Na grande maioria das vezes, jornais e programas televisivos recorrem a notícias sensacionalistas de forma a captar a atenção dos compradores e espectadores, ao invés de transmitirem informação factual com conhecimento especializado (Brown et al., 2008; Gakhal & Brown, 2011). Todo este ciclo vicioso parece instalar-se na nossa sociedade podendo potenciar o surgimento ou acentuar as representações distorcidas acerca dos/as ofensores/as sexuais (Brace, 2014), visto que muitas vezes os indivíduos têm como fonte de informação somente os meios de comunicação ou os estereótipos e preconceitos transmitidos pelo grupo de pares. Tudo isto potenciará o crescimento de atitudes negativas face aos/às ofensores/as sexuais na comunidade e de forma indireta colocar-se-ão barreiras para a sua adaptação (Gakhal & Brown, 2011; Kim et al., 2016). Sendo assim, é urgente que a nível prático se consciencialize os *media* para as consequências da divulgação de notícias sensacionalistas e os penalize pela transmissão de informação errada e sem carácter científico. Isto permitirá que a sociedade se torne progressivamente mais tolerante e recetiva à integração dos/as ofensores/as sexuais. Para isso será importante que os *media* também divulguem casos de sucesso e que a reincidência neste tipo de ofensas se apresenta reduzida para o mesmo crime e que acima de tudo que o tratamento especializado é possível para ofensores/as sexuais (Malinen et al., 2014). E ainda que apostem num trabalho em rede com profissionais especializados na área da vitimação sexual e intervenção com ofensores/as sexuais (Malinen et al., 2014).

Ainda a nível prático o presente estudo poderá elucidar de forma mais clara os/as psicólogos/as sobre quais barreiras os/as ex-reclusos/as podem enfrentar ao voltar à sociedade. Isto permitirá que o/a psicólogo/a desenvolva uma intervenção mais eficaz no que toca a prevenção da recaída e promoção de fatores de proteção. Mais concretamente será possível em contexto clínico reforçar dimensões como a tolerância à frustração e a gestão eficiente de sentimentos como a rejeição e a desesperança, que provêm muitas vezes

da interação com a comunidade (Challinor & Duff, 2019). O estudo das atitudes da comunidade face a este tipo de ofensores/as permite ainda elucidar para a importância de explorar no processo de tratamento e reabilitação componentes como a rotulagem e estigmatização, presentes ainda na reentrada na sociedade (Greer, 2003; Harper et al., 2017). É deste modo crucial uma solidificação da identidade do/a ofensor para além do crime cometido, evitando a internalização de uma identidade de infrator/a promovida pela atitudes negativas da sociedade, através de processos de estigmatização (Harper et al., 2017). É portanto visível que as condições sociais que se reúnem na reentrada dos/as ofensores na vida em sociedade devem ser tomadas em conta num processo de tratamento e reabilitação, para que este alcance sucesso terapêutico.

Limitações

Além das limitações já referidas, importa identificar outras, assim como apontar sugestões para estudos futuros, de forma a solucionar lacunas existentes.

Uma das limitações deste estudo relaciona-se com a sua metodologia, neste caso quantitativa. Este tipo de metodologia com medidas padronizadas não permite compreender quais as crenças e motivações por detrás das atitudes da comunidade. Assim uma metodologia mista poderia enriquecer o estudo, aumentar a compreensão das atitudes da comunidade e até contornar a desejabilidade social. Poderia tomar-se em consideração o uso de entrevistas para um maior controlo da desejabilidade, mais evidente em medidas de autorrelato.

Outra limitação prende-se com a perspetiva estática que o estudo assumiu em relação as atitudes, pelo seu carácter transversal. Deste ponto de vista, um estudo longitudinal seria pertinente pois poderia perceber se as atitudes negativas da comunidade se mantinham no tempo ou se sofriam alterações, visto que as atitudes são dinâmicas e moldáveis em sociedade.

Por último, o estudo ter sido realizado online levanta alguns dilemas éticos como a possibilidade de não controlar quais os indivíduos que respondem aos questionários, concretamente se têm idade igual ou superior a 18 anos, em estudos futuros poderia optar-se por realizar-se presencialmente. Tendo havido ainda o risco de não controlarmos o número de vezes que as pessoas responderam aos questionários. Ainda assim, e ainda que o Qualdrics não recolha o IP (protocolo de internet), por questões de confidencialidade, não permite a submissão de mais do que uma resposta do mesmo IP, diminuindo assim a

possibilidade de múltiplas respostas pela mesma pessoa. Contudo, não podemos descurar que as pessoas podem preencher os questionários a partir de outro IP, sendo impossível um controlo total sobre este dilema/limitação.

Conclusão

A realização do presente estudo permitiu assim confirmar a importância de estudar as atitudes da comunidade face aos/às ofensores/as sexuais para que a reintegração destes indivíduos possa ser bem-sucedida. Tal como foi possível constatar no estudo, as atitudes da comunidade apresentam-se bastante negativas e punitivas face a este tipo de ofensores/as, emergindo daqui a necessidade atual de intervir junto da sociedade para mudar esta realidade. Investir nesta mudança de perspetiva quanto aos/as ofensores sexuais permitirá que o apoio a medidas de reabilitação e tratamento influenciem a agenda política, uma vez que a opinião do público parece condicionar de forma significativa medidas legislativas e judiciais (Kleban & Jeglic, 2012). Tal como comprova o estudo de Kleban e Jeglic (2012), a possibilidade de mudança de atitudes é possível, quer pela psicoeducação quer através de grupos de discussão. O presente estudo permitiu assim estudar pela primeira vez as atitudes da comunidade e ponderar no futuro uma intervenção junto da sociedade, de modo a torná-la mais recetiva a integração social de indivíduos que cometeram crimes sexuais.

Referências

- Ajzen, I. (2001). Nature and operation of attitudes. *Annual Review of Psychology*, 52, 27–58. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.52.1.27>
- Ajzen, I., & Fishbein, M. (2000). Attitudes and the Attitude-Behavior Relation: Reasoned and Automatic Processes. *European Review of Social Psychology*, 11(1), 1–33. <https://doi.org/10.1080/14792779943000116>
- Alves, M. (2021). *As atitudes dos guardas prisionais relativamente à generalidade dos ofensores e aos ofensores sexuais*. [Dissertação de Mestrado]. Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida. <http://hdl.handle.net/10400.12/8568>
- Boda, Z. & Szabó, G. (2011). The media and attitudes towards crime and the justice system: A qualitative approach. *European Journal of Criminology*, 8(4), 329–342. <https://doi.org/10.1177/1477370811411455>
- Brace, K. (2014). *Assessing Probation Officers, and the Public's Attitude Towards Sex Offenders*. [Dissertação de Mestrado]. Alliant International University.
- Brown, Sarah. (1999). Public attitudes toward the treatment of sex offenders. *Legal and Criminological Psychology*, 4(2), 239–252. <https://doi.org/10.1348/135532599167879>
- Brown, Steven, Deakin, J., & Spencer, J. (2008). What People Think About the Management of Sex Offenders in the Community. *The Howard Journal of Criminal Justice*, 47(3), 259–274. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2311.2008.00519.x>
- Carvalho, F. (2019). *Atitudes de Guardas Provisórios da Guarda Nacional Republicana face aos delinquentes*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/61509>
- Challinor, L., & Duff, S. (2019). Forensic Staff Attitudes Toward Men Who Have Sexually Offended: A General Public Comparison. *Journal of Forensic Nursing*, 15(2), 110–119. <https://doi.org/10.1097/JFN.0000000000000238>
- Cunha, O., & Gonçalves, A. (2017). Policing: An International Journal of Police Strategies & Management Article information. *International Journal of Police Strategies & Management*, 40, 3–23. <http://dx.doi.org/10.1108/PIJPSM-02-2016-0013>

- DeLuca, J. S., Vaccaro, J., Rudnik, A., Graham, N., Giannicchi, A., & Yanos, P. T. (2018). Sociodemographic Predictors of Sex Offender Stigma: How Politics Impact Attitudes, Social Distance, and Perceptions of Sex Offender Recidivism. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 62(10), 2879–2896. <https://doi.org/10.1177/0306624X17723639>
- DiBennardo, R. A. (2018). Ideal Victims and Monstrous Offenders: How the News Media Represent Sexual Predators. *Socius: Sociological Research for a Dynamic World*, 4, 1–20. <https://doi.org/10.1177/2378023118802512>
- Ducat, L., Thomas, S., & Blood, W. (2009). Sensationalising sex offenders and sexual recidivism: Impact of the serious sex offender monitoring Act 2005 on media reportage. *The Australian Psychological Society*, 44(3), 156–165. <https://doi.org/10.1080/00050060903127499>
- Dum, C. P., Socia, K. M., Long, B. L., & Yarrison, F. (2019). Would God Forgive? Public Attitudes Toward Sex Offenders in Places of Worship. *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment*, 32(5), 567–590. <https://doi.org/10.1177/1079063219839498>
- Falcão, M. (2015). *O Registo de Ofensores Sexuais. Perceções e Atitudes dos Órgãos de Polícia Criminal Portugueses: PSP, GNR e PJ*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Fernando Pessoa. <https://bdigital.ufp.pt>
- Ferreira, A. (2020). *Atitudes de estudantes universitários relativamente a ofensores sexuais*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/67578>
- Frei, A. (2008). Media consideration of sex offenders: How community response shapes a gendered perspective. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 52(5), 495–498. <https://doi.org/10.1177/0306624X08323453>
- Gakhal, B. K., & Brown, S. J. (2011). A Comparison of the general public's, forensic professionals and students attitudes towards female sex offenders. *Journal of Sexual Aggression*, 17, 105–116. <https://doi.org/10.1080/13552600.2010.540678>
- Gavrilita, A. (2019). *Atitudes dos guardas prisionais em relação aos ofensores sexuais e a sua reabilitação*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Lusíada. <http://hdl.handle.net/11067/5335>

- Greer, C. (2003). Press representations of sex crime in Northern Ireland: an empirical analysis. *Sex Crime and the Media*, 1, 90–116.
<https://doi.org/10.4324/9781843924869>
- Harper, C. A., & Hogue, T. E. (2015). Measuring public perceptions of sex offenders: Reimagining the Community Attitudes Toward Sex Offenders scale (CATSO). *Psychology, Crime & Law*, 21, 452–470. doi: 10.1080/1068316X.2014.989170.
- Happer, C., McGuinness, P., McNeill, F., & Tiripelli, G. (2019). Punishment, legitimacy and taste: The role and limits of mainstream and social media in constructing attitudes towards community sanctions. *Crime, Media, Culture*, 15(2), 301–321.
<https://doi.org/10.1177/1741659018773848>
- Harris, D. A., Ackerman, A., & Haley, M. (2017a). ‘Losing my religion:’ an exploration of religion and spirituality in men who claim to have desisted from sexual offending. *Criminal Justice Studies*, 30(2), 101–116.
<https://doi.org/10.1080/1478601X.2017.1300385>
- Harris, A. J., & Socia, K. M. (2016). What’s in a Name? Evaluating the Effects of the “Sex Offender” Label on Public Opinions and Beliefs. *Sexual Abuse*, 28(7), 660–678.
<https://doi.org/10.1177/1079063214564391>
- Harper, C. A., Hogue, T. E., & Bartels, R. M. (2017). Attitudes towards sexual offenders: What do we know, and why are they important? *A Review Journal*, 34, 201–213.
<https://doi.org/10.1016/j.avb.2017.01.011>
- Higgins, C., & Ireland, C. (2009). Attitudes towards male and female sex offenders: A comparison of forensic staff, prison officers and the general public in Northern Ireland. *The British Journal of Forensic Practice*, 11(1), 14–19.
DOI:10.1108/14636646200900004
- Höing, M. A., Petrina, R., Duke, L. H., Völlm, B., & Vogelvang, B. (2016). Community support for sex offender rehabilitation in Europe. *European Journal of Criminology*, 13(4), 491–516. <https://doi.org/10.1177/1477370816633259>
- Hogue, T. E., & Harper, C. A. (2019). Development of a 21-item short form of the Attitudes to Sexual Offenders (ATS) Scale. *Law and human behavior*, 43(1), 117.
- Jung, S., Allison, M., Toop, C., & Martin, E. (2020). Sex offender registries: exploring the

- attitudes and knowledge of political decision-makers. *Psychiatry, Psychology and Law*, 27(3), 478–492. <https://doi.org/10.1080/13218719.2020.1733698>
- Kewley, S., Beech, A. R., & Harkins, L. (2015). Examining the role of faith community groups with sexual offenders: A systematic review. *Aggression and Violent Behavior*, 25, 142–149. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2015.07.016>
- Kewley, S., Larkin, M., Harkins, L., & Beech, A. R. (2017). Restoring identity: The use of religion as a mechanism to transition between an identity of sexual offending to a non-offending identity. *Criminology and Criminal Justice*, 17(1), 79–96. <https://doi.org/10.1177/1748895816654530>
- Kim, B., Benekos, P. J., & Merlo, A. V. (2016). Sex Offender Recidivism Revisited: Review of Recent Metaanalyses on the Effects of Sex Offender Treatment. *Trauma, Violence, and Abuse*, 17(1), 105–117. <https://doi.org/10.1177/1524838014566719>
- King, L. L., & Roberts, J. J. (2015). The Complexity of Public Attitudes Toward Sex Crimes. *Victims and Offenders*, 12(1), 1–19. <https://doi.org/10.1080/15564886.2015.1005266>
- Kjelsberg, E., & Loos, L. H. (2008). Conciliation or condemnation? Prison employees' and young peoples' attitudes towards sexual offenders. *International Journal of Forensic Mental Health*, 7(1), 95–103. <https://doi.org/10.1080/14999013.2008.9914406>
- Kleban, H., & Jeglic, E. (2012). Dispelling the myths: Can psychoeducation change public attitudes towards sex offenders? *Journal of Sexual Aggression*, 18(2), 179–193. <https://doi.org/10.1080/13552600.2011.552795>
- Klein, J. L., & Cooper, D. T. (2019). Punitive Attitudes Toward Sex Offenders: Do Moral Panics Cause Community Members to Be More Punitive? *Criminal Justice Policy Review*, 30(6), 948–968. <https://doi.org/10.1177/0887403418767251>
- Malinen, S., Willis, G. M., & Johnston, L. (2014). Might informative media reporting of sexual offending influence community members' attitudes towards sex offenders? *Psychology, Crime and Law*, 20(6), 535–552. <https://doi.org/10.1080/1068316X.2013.793770>
- McCullough, M. E. (2000). Forgiveness as human strength: Theory, measurement, and links to well-being. *Journal of social and clinical psychology*, 19(1), 43–55.

- McGhee, M. (2008). *Two strikes and you're dead: Public opinion on capital punishment for sex offenders* (Dissertation). The University of Oklahoma.
- Nelson, M., Herlihy, B., & Oescher, J. (2002). A survey of counselor attitudes towards sex offenders. *Journal of Mental Health Counseling*, 24(1).
- Olver, M. E., & Barlow, A. A. (2010). Public attitudes toward sex offenders and their relationship to personality traits and demographic characteristics. *Behavioral Sciences and the Law*, 28(6), 832–849. <https://doi.org/10.1002/bsl.959>
- Palumbo, M., Howarth, L., & Brewer, M. B. (2018). ‘Once a sex offender always a sex offender’? Essentialism and attitudes towards criminal justice policy. *Psychology, Crime and Law*, 25(5), 421–439. <https://doi.org/10.1080/1068316X.2018.1529234>
- Robertson, T. M., Magyar-Russell, G. M., & Piedmont, R. L. (2020). Let him who is without sin cast the first stone: Religious struggle among persons convicted of sexually offending. *Religions*, 11(11), 1–22. <https://doi.org/10.3390/rel11110546>
- Rogers, D. L., & Ferguson, C. J. (2011). Punishment and rehabilitation attitudes toward sex offenders versus nonsexual offenders. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 20(4), 395–414. <https://doi.org/10.1080/10926771.2011.570287>
- Rosselli, M. K., & Jeglic, E. L. (2017). Factors Impacting upon Attitudes Toward Sex Offenders: The Role of Conservatism and Knowledge. *Psychiatry, Psychology and Law*, 24(4), 496–515. doi: 10.1080/13218719.2016.1254562
- Shackley, M., Weiner, C., Day, A., & Willis, G. M. (2014). Assessment of public attitudes towards sex offenders in an Australian population. *Psychology, Crime and Law*, 20(6), 553–572. <https://doi.org/10.1080/1068316X.2013.793772>
- Sindall, K., McCarthy, D. J., & Brunton-Smith, I. (2017). Young people and the formation of attitudes towards the police. *European Journal of Criminology*, 14(3), 344–364. <https://doi.org/10.1177/1477370816661739>
- Singer, A. J., Chouhy, C., Lehmann, P. S., Stevens, J. N., & Gertz, M. (2020). Economic anxieties, fear of crime, and punitive attitudes in Latin America. *Punishment and Society*, 22(2), 181–206. <https://doi.org/10.1177/1462474519873659>
- Williams, M., Comartin, E. B., & Lytle, R. D. (2020). The Politics of Symbolic Laws:

State Resistance to the Allure of Sex Offender Residence Restrictions. *Law and Policy*, 42(3), 209–235. <https://doi.org/10.1111/lapo.12153>

Willis, G. M., Malinen, S., & Johnston, L. (2013). Demographic differences in public attitudes towards sex offenders. *Psychiatry, Psychology and Law*, 20(2), 230-247. <https://doi.org/10.1080/13218719.2012.658206>

Yelderman, L. A., West, M. P., & Miller, M. K. (2018). Religious Beliefs, Religious Contexts, and Perceived Interactions with Ex-Offenders. *Review of Religious Research*, 60(3), 305–329. <https://doi.org/10.1007/s13644-018-0331-z>

Zatkin, J., Sitney, M., & Kaufman, K. (2021). The Relationship Between Policy, Media, and Perceptions of Sexual Offenders Between 2007 and 2017: A Review of the Literature. *Trauma, Violence, and Abuse*, 23(3), 953–968. <https://doi.org/10.1177/1524838020985568>

É autorizada a reprodução parcial desta tese/dissertação, apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do/a interessado/a, que a qual se compromete.